



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL**

**Memória da Reunião da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para
Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros – CADARA
Edifício do Conselho Nacional de Educação – CNE Sala 203
Brasília, 12 e 13 de junho de 2007**

Coordenação Geral: André Luiz Figueiredo Lázaro – Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Armênio Bello Schimidt – Diretor do Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania; Leonor Franco de Araújo – Coordenadora-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional.

Comissários(as) presentes: Alexsara de Souza Maciel; Ivair Augusto A. Santos; José Carlos Rodrigues Esteves; Juscelina Santos do Nascimento; Maria Alice Rezende; Moises de Melo Santana; Nelson Fernando Inocêncio; Zélia Amador de Deus

Membros Técnicos(as): Bárbara da Silva Rosa - Subcoordenação de Políticas Educacionais; Maria Lúcia Braga – Subcoordenação de Estudos e Pesquisas; Déborah Maria Stefanini – Subcoordenação de Estudos e Pesquisas; Maria Auxiliadora Lopes – Subcoordenação de Educação Quilombola; Ivonne Ferreira – Assessoria de Comunicação Social/Gabinete SECAD.

Convidados(as): Webster Spiguel Cassiano – MEC/SESu/Coordenação-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação; Walisson Maurício de Pinho Araújo - MEC/SESu/Coordenação Geral de Relações Acadêmicas de Graduação.

1. O Secretário André Luiz de Figueiredo Lázaro iniciou a reunião, dando boas vindas aos presentes e se apresentando enquanto novo secretário. Em sua fala, ele destaca que conhece a estrutura da SECAD, mas não conhece a fundo ainda cada um de seus programas. Ele pontuou que em 2007 o desafio

permanece o mesmo de 2003, que mesmo com os avanços ocorridos neste período, o entendimento da questão racial ainda é difícil e que não é automático, pois há na sociedade e nas demais secretarias do MEC a tendência a subestimar a questão racial. Neste sentido, o redesenho da SECAD é uma ferramenta importante. Ele apresenta a estrutura da SECAD destacando que para tratar de temas ligados à diversidade e à promoção da cidadania, a Secretaria está dividida em dois departamentos: um que tratará de temas transversais, como o combate à homofobia, a educação ambiental, entre outros e outro que trata de públicos específicos: os negros, os indígenas e a população do campo. Haverá ainda outros dois departamentos: um responsável pela Educação de Jovens e Adultos e outro de Avaliação de Programas Educacionais. Em sua fala, destacou o papel da SECAD em levar o Plano de Desenvolvimento da Educação a todos os estados. O MEC vai trabalhar por oferta, não mais por demanda. Dentre os requisitos contidos no compromisso está a Lei 10.639/03, que entrará também na formação de professores. Ênfase na Gestão Democrática e autônoma, com formação de redes locais de apoio, fomentando a capacidade de gestão local. Moisés de Melo Santana perguntou ao Secretário se está prevista a articulação com as universidades públicas locais. O Secretário André Luiz de Figueiredo Lázaro respondeu que inicialmente as conversas são feitas com os prefeitos locais, depois, com os governadores e em seguida, com outros parceiros, como ONG's e universidades. Cada estado entra no PDE de um jeito; geralmente há adesão maciça ao Compromisso Todos pela Educação e resistência ao Brasil Alfabetizado, pela dificuldade de alcance junto ao público alvo de Educação de Jovens e Adultos. O maior contingente de analfabetos do país está nas grandes cidades, que não demonstram empenho e interesse em captar público. As capacitações terão ênfase em técnicas e conteúdos e em marcos legais, entre eles a Lei 10.639/03. Alexsara de Souza Maciel pontua que o trabalho de capacitação com a Lei 10.639/03 é complicado, citando como exemplo o estado do Amapá. Lá, onde 76% da população se autodeclara como sendo preta ou parda, mas não há aceitação quando se discute temas relacionados à questão étnico-racial. A dificuldade maior, frisa a professora, é mexer com valores arraigados na sociedade, tanto entre os negros quanto entre os brancos. Há também dificuldade de se trabalhar com analfabetismo na

universidade, não se trata apenas de uma questão legal, mas de mudança na predisposição interna das pessoas. Leonor Franco de Araújo pontua que é necessário levar a discussão da questão étnico-racial para dentro do Brasil Alfabetizado. Destaca ainda que deve ser feito um trabalho de desnaturalização do racismo, pois as pessoas muitas vezes só se dão conta de que são negras ou de que são vítimas de racismo após situações extremas de discriminação racial. Alexsara de Souza Maciel declara que a CADARA teria, por sua conformação, de fazer uma proposta de formação de professores para o cumprimento da Lei 10639/03. Ivair Augusto Santos pergunta ao Secretário se há a possibilidade de negativa dos municípios quanto à implementação da Lei 10.639/03. O Secretário André Luiz de Figueiredo Lázaro responde que são oferecidas possibilidades aos municípios e que os consultores estão sendo capacitados para cumprirem uma série de demandas, inclusive a implementação da Lei 10.639/03. Leonor Franco de Araújo frisa que lei é para ser cumprida, não para ser discutida. Deve-se estimular a pró-atividade, a iniciativa dos municípios, para que depois não haja necessidade de se responder ao Ministério Público da União. O Secretário André Luiz de Figueiredo Lázaro cita o Edital de Tecnologias Educacionais como uma estratégia de fomento a iniciativas que visem ao cumprimento da Lei 10.639/03. Propõe ainda um encontro nacional sobre a implementação da Lei 10.639/03, em articulação com a ABAN, UNDIME, CONSED, entre outros, no qual seriam avaliados materiais didáticos e metodologias. Diz ainda que devemos trabalhar com o desenvolvimento de tecnologias, com a compra e disponibilização de direitos autorais, com o conceito de *copyleft*, de direitos cedidos, para que todos possam ter acesso. Moisés de Mello Santana sugere, para o encontro, que além dos órgãos citados pelo Secretário, deve ser feita uma articulação com o CNE e estudada uma articulação real com a SEB e a SESU. A respeito das articulações com a SESU, Alexara de Souza Maciel pondera que as discussões sobre o UNIAFRO devem se ater, dentro da CADARA, à importância do programa enquanto política de ação afirmativa, destacando que quando discutidas dentro da Comissão, essas questões se individualizam, não são gerais e inviabilizam a discussão de outros temas. Discussões sobre especificidades do programa devem ser feitas em outro momento. Em resposta à colocação de Alexara de Souza Maciel, o Secretário André Luiz de

Figueiredo Lázaro sugere a realização de uma reunião com os NEAB's para discutir os rumos do Programa UNIAFRO. Leonor Franco de Araújo declara que o UNIAFRO também é importante, pois ele oferece uma dimensão sobre onde a Lei 10.639/03 está sendo trabalhada dentro dos NEAB's e nas universidades públicas, por isso o convite à SESu para participar da reunião e para falar sobre o programa. Alexara de Souza Maciel fala sobre a criação de uma comissão de implementação da Lei 10.639/03 em sua universidade, a UNIFAP e declara que esta comissão transcende a estrutura de um NEAB.

2. Armênio Bello Schimidt passa a coordenar a reunião, falando sobre a falta de quórum e das razões para alteração da data, originalmente fixada para os dias 15 e 15 de junho de 2007 e alterada para os dias 12 e 13 devido à Cerimônia de Posse do Secretário André Luiz de Figueiredo Lázaro. Fala ainda da proposta para ampliação da CADARA, com a inclusão de representantes da SEB, SETEC e SESU como instâncias internas do MEC e da CONSED e UNDIME como responsáveis pela gestão dos sistemas de ensino. Em seguida, apresenta a Prof^a Leonor Franco de Araújo como nova Coordenadora-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional e fala sobre o processo de transição na gestão da CGDIE. Ele fala ainda na mudança de papel da CADARA, que de Comissão do Programa Diversidade na Universidade passou a uma Comissão do MEC como um todo, pois sua função é discutir a educação brasileira. Em seguida, o Diretor faz a leitura da pauta e inicia informes sobre as Resoluções dos programas Cultura Afro-Brasileira e Educação Quilombola. Ele frisa que a diretriz do MEC é só financiar projetos em municípios que assinem o compromisso Todos pela Educação e, no caso dos programas citados, que façam parte do FIPPIR. Fala da nova política do Ministério com relação ao financiamento da produção de materiais didáticos e pedagógicos: apenas serão destinados recursos a ONG's vinculadas à rede de ensino (estadual ou municipal) e deverá ser disponibilizada ao MEC uma versão preliminar do material a ser produzido para análise e parecer por parte de uma comissão de especialistas. No caso dos programas Cultura Afro-Brasileira e Educação Quilombola, é importante que membros da CADARA façam parte dessa comissão. O Diretor fala para a CADARA sobre a proposta de realização de um seminário, no segundo semestre de 2007, onde serão discutidas e

apresentadas experiências concretas de implementação da Lei 10.639/03. Este seminário terá como produto uma grande publicação com as experiências apresentadas. O encontro será feito em articulação com as audiências públicas que vêm sendo realizadas pela SEB, SESu, SETEC e pelo CNE. Outra experiência de implementação da Lei 10.639/03 abordada pelo Diretor é o curso a distância de educação continuada de professores Educação-Africanidades-Brasil. Para o ano de 2007 estão previstas as seguintes ações: formação de 1000 (mil) professores do estado do RJ com alterações estruturais que servirão como base para a segunda edição do curso, que tem como meta formar 100 mil professores até o final de 2007 e 400 mil professores até o final de 2010. O curso, nesta segunda edição, será semipresencial e será desenvolvido por um consórcio de universidades. Haverá um conteúdo comum a todos os polos, com respeito à diversidade regional. No momento, o MEC realiza um levantamento das universidades públicas que apresentem o conjunto de acúmulo de conhecimento na questão étnico-racial, pessoal preparado, desenvolvimento de conteúdo, experiência em educação à distância, gestão informática, expertise em desenvolvimento de plataforma e ambiente de aprendizagem virtual. Webster Spiguel Cassiano sugere como alternativa para resolver esta questão que se trabalhe com as universidades polo da Universidade Aberta do Brasil. Leonor Franco de Araújo ressalta que uma boa gestão da parte de informática deve estar aliada à existência de tutores que trabalhem com a temática e que é necessária a convergência de fatores para o sucesso de um curso de EAD: material didático, plataforma, tutoria e rede. Armênio Bello Schimidt explica mais detalhadamente a nova estrutura da SECAD, destacando que a Secretaria diminuiu de tamanho com relação à quantidade de cargos DAS-4, mas que foi condensada para as ações e programas serem desenvolvidas de forma mais ágil e efetiva. Ele destaca que a Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional mudará de nome, para ficar explícito que seu foco de ação é desenvolver políticas educacionais para a população afro-brasileira, pois com a atual nomenclatura, há pressões externas para que a coordenação atenda a demandas de outros públicos. Moisés de Mello Santana pontua que é necessário haver um diálogo maior da CGDIE com outras coordenações da SECAD e do MEC e entre as diferentes comissões existentes no Ministério (GT de Educação do Campo,

Comissão de Educação Indígena, entre outras). Armênio Bello Schimidt responde que o primeiro passo para esse diálogo é a uniformização de procedimentos, que já está acontecendo na elaboração e publicação das resoluções. Leonor Franco de Araújo complementa a fala do Diretor, ressaltando que as 3 coordenações do Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania caminham para um trabalho conjunto, buscando a interseccionalidade nas discussões. Armênio Bello Schimidt exemplifica como interseccionalidade de discussões a situação da população negra no campo e as questões referentes às populações remanescentes de quilombos. Em seguida, ele passa a coordenação da reunião à Prof^a Leonor Franco de Araújo.

3. Leonor Franco de Araújo inicia sua fala retomando sua trajetória profissional: iniciou sua vida acadêmica estudando a educação do campo, tendo em seguida despertado interesse pela temática étnico-racial. Enfatiza sua postura favorável às políticas de ação afirmativa e à reserva de vagas para negros na universidade, destacando seu papel na fundação do NEAB da UFES e sua atuação na coordenação do programa *Conexões de Saberes* de sua Universidade, ressaltando que por sua iniciativa o programa apresenta um recorte étnico-racial. Ela fala sobre o processo de transição de gestão na Coordenação e das dificuldades que atrasam sua posse efetiva. Inicia a discussão sobre o Regimento interno, ressaltando que a falta de quórum inviabiliza que sejam tomadas atitudes práticas para sua alteração. Ressalta a ausência de uma cláusula que estabeleça o quórum mínimo para a oficialidade das reuniões. Ela sugere que seja incluído um artigo, que seria o 14º, sobre a presença de maioria simples do número de convocados para a realização das reuniões. Ivair Augusto A Santos pergunta sobre a ausência de representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na reunião e sobre a ausência de menções ao combate à desigualdade de gênero no Regimento. Nelson Fernando Inocêncio ressalta que é necessário trabalhar com o conceito de equidade, pois ele é mais amplo e preciso que o de igualdade. Sugere a troca dos termos no Regimento. Ressalta a falta de referências a Políticas de Ação Afirmativa nos artigos 1º e 3º. Zélia Amador de Deus sugere a inclusão de mais um capítulo no Regimento, chamado “Dos Objetivos” para resolver esta questão conceitual. Leonor Franco de Araújo indaga aos presentes o porquê

que da existência de um Regimento sem um Estatuto, posto que o último é mais teórico e conceitual e o primeiro trata de questões mais práticas. Moisés de Mello Santana sugere que o compromisso com as políticas de ação afirmativa seja expresso no Capítulo III, “Da Natureza e das Finalidades”. Nelson Fernando Inocêncio enfatiza que a CADARA deve tornar as ações afirmativas explícitas em seu discurso. Zélia Amador de Deus retoma a trajetória das políticas de ação afirmativa junto ao movimento negro, ressaltando os incômodos e obstáculos de penetração do tema junto à sociedade, concordando com Nelson Fernando Inocêncio que estas políticas devem ser mais marcadas no discurso da CADARA, pois da maneira como está formulado o Regimento, a Comissão está muito restrita à Lei 10.639/03. Juscelina Santos do Nascimento pontua que é necessário de distinguir conceitualmente os termos afro-brasileiro e afrodescendente. Ela fala da necessidade de se discutir, na CADARA e na CGDIE políticas específicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos e às comunidades de terreiros. Leonor Franco de Araújo sintetiza as falas, sugerindo a inclusão, no Capítulo III do Regimento Interno: políticas de ação afirmativa, acesso e permanência de afro-brasileiros no sistema escolar. Ela pontua que para agregar as mudanças na formação indicadas pelo Diretor, é necessário que se altere a Portaria de Constituição da CADARA, incluindo os seguintes pontos relatados pela comissão nessa reunião e em reuniões anteriores: menção às políticas de ação afirmativa; acesso e permanência de afro-brasileiros no sistema escolar; escolha da presidência; inclusão das novas instituições a serem representadas. Zélia Amador de Deus declara que as políticas do MEC como um todo e as ações da CADARA devem estar pautadas na questão racial, devendo os programas ter, em sua constituição, o recorte étnico-racial. Leonor Franco de Araújo aponta que o *Guia para a Diversidade Étnico-Racial e Combate ao Racismo e Sexismo nos Programas e Ações do Ministério da Educação/MEC* (doravante chamado Guia) é uma iniciativa que visa resolver estas questões. Nelson Fernando Inocêncio pontua que a CGDIE deve se pautar por colocar a temática étnico-racial visível nas ações da educação. Leonor Franco de Araújo concorda com o Comissário, enfatizando que a CADARA deve dar subsídios para que tais ações sejam possíveis, sendo o Guia uma ferramenta para tanto. A Coordenação, segundo ela, deve construir

diálogo com outras coordenações da SECAD e junto às outras secretarias do MEC, sendo as deliberações da CADARA um subsídio para estas articulações.

4. Em seguida, os presentes retornam à discussão sobre o Regimento, enfatizando que entre as alterações necessárias é essencial abordar: marcos legais (Declaração de Durban, Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial); incluir menções às comunidades de terreiros e comunidades remanescentes de quilombos; alterações na natureza, atribuições, objetivos e finalidades. O grupo concorda também que é necessário que tais alterações sejam feitas também na Portaria de Constituição da CADARA, que deverá também trazer novas informações sobre o número de participantes e sua distribuição por órgão e por região. Após essas considerações, o grupo encerra as discussões do período da manhã.
5. No período da tarde, a Comissão comparece à Cerimônia de Posse do Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Prof. André Luiz Figueiredo Lázaro.
6. Na manhã do dia 13, a reunião se desenvolve sem quórum para que haja aprovação nas alterações sugeridas no Regimento. Os presentes acordam então que os representantes da SESU façam os informes sobre o programa UNIAFRO. Leonor Franco de Araújo apresenta ao grupo os representantes da SESU, Webster Spiguel Cassiano e Walisson Maurício de Pinho Araújo, e faz uma breve introdução sobre o programa e seu estado atual. Webster Spiguel Cassiano inicialmente fala sobre o novo desenho da SESU, enfatizando que ao iniciar seu trabalho na Coordenação Geral de Relações Acadêmicas de Graduação, estudou todos os programas que se encontram sob sua gestão. Ressaltou que o momento atual é de retomada de diálogo e fortalecimento de parceria da SESU com as demais secretarias do MEC. Sobre o Edital 2007 do UNIAFRO, ele informou que será uma ferramenta para corrigir as distorções encontradas nas edições dos anos de 2005 e 2006. Ele falou ainda da importância da Prof^a Iguatemy Martins, diretora do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior (DEPEM) para viabilizar muitos dos pleitos dos NEAB's com relação ao UNIAFRO, pois a referida

professora tem uma forte interlocução com os Fóruns de Graduação e Pós-Graduação. Leonor Franco de Araújo complementa esta fala, enfatizando que o momento atual é de luta para que ações como o UNIAFRO e os PIC's se tornem políticas públicas, que constem no PPA sem a dependência da publicação de editais. Zélia Amador de Deus declara que a SESU é muito distante da questão étnico-racial e que o UNIAFRO é importante por ser uma voz dos negros junto aos Fóruns e Conselhos de Reitores, Pró-Reitores e Gestores da Educação Superior. Entretanto, a questão étnico-racial dentro da Educação Superior não deve se restringir ao UNIAFRO. Ela indaga então quais as estratégias para tratar da temática em outros programas da SESU. Nelson Fernando Inocência expõe sua angústia com relação às articulações entre as secretarias do MEC. Leonor Franco de Araújo responde informando que o objetivo principal de sua gestão é consolidar o diálogo com as demais Secretarias do MEC, e com as demais coordenações do DEDC e da SECAD. Especialmente no DEDC, as ações serão articuladas em conjunto. Nelson Fernando Inocência indaga sobre a participação da CGDIE nas oficinas de capacitação para a implementação da Lei 10.639/03 desenvolvidas pela SETEC junto aos CEFET's. Leonor Franco de Araújo responde que a CGDIE participa destas oficinas, mas informa que há divergências quanto à metodologia de trabalho. Informa que este mês ocorrerá a etapa de capacitação dos professores da região Centro-Oeste. Ela cita ainda as articulações que se iniciam com a SEB: inserção da temática étnico-racial na formação de professores da Educação Infantil e implementação da Lei 10.639/03 no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Cita ainda o projeto de Formação de Gestores do MEC para abordar a temática étnico-racial e o evento programado para o 2º semestre de 2007. Moisés de Mello Santana pondera que além do UNIAFRO, devem ser pensadas outras políticas de ação afirmativa através dos NEAB's. Fortalecer o UNIAFRO é interessante, mas é necessário também fortalecer e criar meios de apoio à pesquisa acadêmica sobre relações étnico-raciais, especialmente via CNPq. Relata o Protocolo de Cooperação Científica assinado entre a Fundação Cultural Palmares e o CNPq, do qual resultou a publicação História do Negro no Brasil, mas que não gerou políticas permanentes de ação afirmativa. Para ele, a SESU, via UNIAFRO, tem um papel estratégico de pressionar CAPES e CNPq para a criação de um

programa de pesquisa voltado à temática étnico-racial, fazendo articulações com a Fundação Cultural Palmares, com a SEPPIR, e com a ABPN. Zélia Amador de Deus enfatiza que é necessário pressionar a CAPES, sem esperar pelos movimentos sociais. Maria Alice Rezende complementa, dizendo que esse diálogo deve partir do MEC, para que os pesquisadores negros não dependam mais de organizações internacionais como a Fundação Ford para terem financiamento à pesquisa e credibilidade no meio acadêmico. Webster Spiguel Cassiano assume o compromisso de fazer articulação junto ao Secretário de Educação Superior e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para levar este pleito à presidência da CAPES. Fala do Projeto de Lei 7.569/06 que modifica a estrutura da CAPES, com ênfase ao fortalecimento da formação de professores para Educação Básica. Acredita que esta seja uma via para criar uma linha de pesquisa específica que vise à questão étnico-racial. Maria Alice Rezende pontua que a CAPES tem a possibilidade de prover a criação de mestrado profissionalizante para formação docente, podendo inclusive ser feito em articulação com o UNIAFRO, cabendo ao MEC promover uma articulação neste sentido, não necessariamente criando novos instrumentos. Webster Spiguel Cassiano fala que há uma diferença entre as atribuições. O MEC/SESU é responsável pela graduação, a CAPES, pela pós-graduação. Sugere chamar a CAPES para uma reunião e iniciar o diálogo sobre pesquisa e pós-graduação. Sugere também um diálogo com o MCT, mais especificamente no Departamento de Inclusão Social para Ciência. José Carlos Rodrigues Esteves explicita que é necessário que os pleitos sejam socializados e oficializados. Faz quatro perguntas a Webster Spiguel Cassiano: 1) Existem apreciações sobre o UNIAFRO? 2) Existem demandas de novos projetos? 3) Quais as estratégias para que o programa tenha visibilidade? 4) Existe na equipe da SESU alguém afinado com a temática étnico-racial e que tenha representatividade diante da população negra? Webster Spiguel Cassiano e Leonor Franco de Araújo respondem em conjunto à primeira questão, falando sobre os sistemas de acompanhamento desenvolvidos pela equipe UNIAFRO. Webster Spiguel Cassiano responde à segunda questão, explicitando que na nova estrutura da SESU haverá um órgão responsável pela visibilidade dos programas. Serão feitos folders, informativos, o site está sendo reformulado. José Carlos Rodrigues Esteves sugere que os materiais de divulgação sejam

socializados com outros órgãos governamentais e na TVE. Webster Spiguel Cassiano responde à quarta pergunta, informando que a SESU está fazendo levantamento de demanda para contratação de pessoal. Nelson Fernando Inocêncio expõe um ponto de tensão no diálogo sobre políticas de ação afirmativa: é necessário que elas contemplem também os órgãos que as planejam e fomentam. Coloca que há quadros capacitados para a gestão pública entre a população afro-brasileira. Enfatiza que deve ser feita uma pressão junto ao Congresso Nacional para que projetos de lei que beneficiem à população negra sejam aprovados. É necessário não só a democratização de meios de acesso e permanência na universidade, mas também acesso e influência às instâncias de poder. Maria Alice Rezende pontua que a SESU oferece um modelo de gestão, no programa UNIAFRO, que não é o usual nas Instituições de Ensino Superior. Dentro do programa, o coordenador fica subordinado à reitoria, o que cria dificuldades, pois há falta de autonomia para tocar o projeto e ao mesmo tempo, o coordenador é responsabilizado e avaliado por todos os erros ocorridos na gestão do projeto. Em muitos casos, os coordenadores são substituídos à revelia, há rotatividade de coordenadores. Leonor Franco de Araújo responde que esta questão pode ser contemplada em uma articulação entre as reitorias e os núcleos. Propõe capacitação de gestores, agilidade na descentralização de recursos e assinatura de convênios, criação de mecanismos, já no Edital, para prevenção da rotatividade de coordenadores. No processo de avaliação, as dificuldades estão sendo levantadas para serem trabalhadas especificamente. Walisson Maurício de Pinho Araújo inicia sua apresentação sobre o UNIAFRO pontuando que o programa é estratégico, pois reúne e mostra ao MEC profissionais que produzem conhecimento sobre a Lei 10.639/03 e sobre Políticas de Ação Afirmativa. Coloca como fontes de preocupação a dificuldade na captação de recursos. Informa que houve devolução de dinheiro e diminuição da demanda entre os anos de 2005 e 2006. Maria Alice Rezende enfatiza que muitas vezes a coordenação do UNIAFRO é um “estorvo” para os coordenadores, pois eles têm que lidar ao mesmo tempo com demandas administrativas, pedagógicas, financeiras, entre outras, e atender a uma série de demandas e cobranças. Walisson Maurício de Pinho Araújo responde que é possível, destinar uma verba específica para contratação de um técnico que se ocupe da questão

administrativa e financeira do projeto. Ele segue com a administração dizendo que realmente é necessário dar mais visibilidade ao programa para fortalecê-lo. Ressalta que entre os pontos positivos do programa, estão a institucionalização e a consolidação dos NEAB's. Maria Alice Rezende retoma a questão da articulação com CAPES e CNPq, questionando o grupo sobre o perfil de professores doutores desejado pelo programa UNIAFRO. No UNIAFRO, a ênfase é na extensão, enquanto CNPq e CAPES exigem um envolvimento maior com a pesquisa. Muitas vezes o envolvimento com pesquisa é subvalorizado pelo meio acadêmico. Além desses fatores, o professor coordenador do UNIAFRO muitas vezes tem que se ocupar de atividades que fogem totalmente do tripé ensino-pesquisa-extensão. Moisés de Mello Santana pontua que muitas das dificuldades enfrentadas pelos NEAB's e na gestão e avaliação do programa como um todo seriam minimizadas pelas visitas de monitoramento. Elas teriam inclusive a função de fortalecer os NEAB's junto às reitorias e de dar mais credibilidade aos projetos. Ele sugere ainda a distribuição de um manual com informações básicas sobre os modos de gestão dos recursos destinados às Universidades Estaduais e as Federais. Walisson Maurício de Pinho Araújo encerra sua apresentação afirmando que a CADARA reúne um quadro de excelência acadêmica e de qualidade nas discussões sobre a temática étnico-racial e que tanto a SESU quanto a SECAD devem se apoiar nessa qualidade e nessa excelência nas negociações internas do MEC. Após essas considerações, o grupo encerra as discussões do período da manhã. No período da tarde, o grupo havia programado discutir e votar as alterações do Regimento Interno. Entretanto, devido à falta de quórum, optou-se pela discussão do *Guia para a Diversidade Étnico-Racial e Combate ao Racismo e Sexismo nos Programas e Ações do Ministério da Educação/MEC*. Os presentes sugeriram a elaboração de uma nova Portaria de Constituição para a CADARA, onde constem as observações feitas no dia 12 de junho e decidiram que a partir desta nova portaria sejam feitas as alterações sugeridas no Regimento Interno, que será então encaminhado para todos os membros titulares e suplentes da Comissão para apreciação e análise. Foram lidos na íntegra os apontamentos feitos à SESu e à SECAD. Durante a apreciação do Guia, os presentes fizeram as seguintes observações:

- É necessário atualizar os programas e ações apontadas, pois desde a elaboração do documento, ocorreram diversas alterações na gestão dos programas do MEC.
- No quadro “*Estratégias para o Tratamento da Temática Étnico-Racial no Programa*”, é necessário acrescentar uma coluna que corresponda à delimitação temporal das estratégias sugeridas.
- O Guia deve ser transformado em uma publicação, uma brochura, para ser distribuído aos gestores do MEC.
- Com relação aos apontamentos para a SECAD, mais especificamente Educação de Jovens e Adultos, a meta imediata deve ser a capacitação dos 24 consultores do programa Brasil Alfabetizado, devendo esta estratégia estar contida no quadro “*Estratégias para o Tratamento da Temática Étnico-Racial no Programa*”.
- Trabalho específico com as comunidades remanescentes de quilombos, de combate à atrofia muscular nas mãos e braços dos indivíduos devido a esforços repetitivos no trabalho com a lavoura ou na carpintaria e marcenaria. Esta atrofia impossibilita o aprendizado da leitura e da escrita. É sugerida articulação com a SEESP e com o Ministério da Saúde.
- Nos apontamentos à SESU, o grupo aborda o programa SINAES e solicita o envio da publicação que trata especificamente sobre o programa a todos os comissários. É sugerida articulação com o CONAES.
- O grupo também salienta que se atente para a diferença entre se fazer avaliação institucional e avaliação de curso.
- Após a apreciação do Guia, a reunião é encerrada. Decorreram da reunião os seguintes encaminhamentos:
- Redação de nova Portaria de Constituição da CADARA, que contemple os seguintes pontos: menção a políticas de ação afirmativa e de acesso e permanência de afro-brasileiros ao ensino; possibilidade da Comissão escolher seu presidente; inclusão da representação de mais órgãos e instituições; limite de representantes por instituição.

- Alteração do Regimento Interno, com base na nova Portaria de Constituição e abrangendo as sugestões feitas dia 12 de junho.
- Alteração do Guia segundo sugestões apontadas e envio do mesmo a todos os Comissários.
- Envio da publicação sobre o SINAES a todos os membros da CADARA.
- Realização de uma reunião extraordinária e ampliada dentro dos próximos 30 dias.